

Um estudo comparativo sobre modelos de desenvolvimento territorial regional e local: os Arranjos Produtivos Locais (APL) e os Sistemas Agroalimentares Localizados (Sial)

RESUMO

O presente artigo busca desenvolver uma análise comparativa sobre dois conceitos e abordagens representativos de especializações territoriais da produção e estratégias de desenvolvimento regional: os Arranjos Produtivos Locais, os APL, e os Sistemas Agroalimentares Localizados, os Sial. Considerando determinados referenciais teóricos, evidenciaremos os principais recursos e especificidades territoriais que ora assemelham e ora diferenciam as duas modalidades analisadas, buscando, em perspectiva crítica, demonstrar também as limitações teóricas e empíricas dos conceitos/ferramentas.

Palavras-chave

Arranjos produtivos locais, sistemas agroalimentares localizados, recursos específicos, territorialização do desenvolvimento.

ABSTRACT

This article means to carry out a comparative analysis of two concepts and approaches that represent the territorial specialization of production and regional development strategies: the APLs, or Local Productive Clusters and the Sial's, or Localized Agricultural Food Systems. Taking into consideration certain theoretical references, we will show the main resources and territorial specificities that sometimes assimilate and sometimes differentiate the two modalities analyzed, also seeking, from a critical point of view, to show the theoretical and empirical limitations of the concepts/tools.

Keywords

Local productive clusters; localized agricultural food systems; specific resources; territorialization of development.

Introdução

O presente estudo visa realizar uma análise comparativa sobre dois conceitos e ferramentas de política de desenvolvimento regional e local presentes na recente literatura especializada sobre aglomerações produtivas e novas dinâmicas dos territórios face às economias em mutação e à globalização econômica (BENKO, 2001; CIOLELLA, 2010). Essa análise vai se fundamentar em um procedimento de método hipotético dedutivo, de corte dialético, expondo elementos disponíveis na literatura especializada sobre o tema, através de revisão bibliográfica, e estabelecendo uma análise crítica de reflexões existentes no sentido de construir um panorama comparativo entre dois conceitos emergentes no debate sobre o desenvolvimento local e regional nos últimos anos.

Trata-se dos conceitos de Arranjos Produtivos Locais (APL) e de Sistemas Agroalimentares Localizados (Sial). Quais características os aproximam e os diferenciam como estratégias de territorialização do desenvolvimento e da governança público-privada? Eles podem ser separados metodologicamente ou devem ser analisados em um mesmo quadro teórico-conceitual? Há no Brasil exemplos empíricos de uso e aplicação de ambas as ferramentas para o desenvolvimento local e estímulo ao dinamismo econômico e social em territorialidades específicas?

Portanto, seguiremos neste estudo um percurso metodológico de revisão bibliográfica e proposição de quadros e tipologias para sistematizar o conjunto teórico considerado. Para tanto, alguns conceitos são fundamentais para analisarmos essas modalidades de desenvolvimento: o **desenvolvimento local** e a influência das **especializações territoriais produtivas**, das **economias de aglomeração** e **externalidades** e dos **recursos e ativos gerais/específicos** dos territórios.

Para refletir as perguntas sugeridas e os eixos colocados, este artigo se segmenta em três partes centrais, além da introdução e das considerações finais: a primeira, que traz a análise dos APL como conceito e abordagem para o planejamento e desenvolvimento regional e local, considerando sua origem conceitual e principais elementos explicativos; a segunda, que traça o mesmo percurso analítico para os Sial e; a terceira, que estabelece algumas similaridades e diferenciações (especificidades) entre cada uma dessas ferramentas de análise.

1. Os Arranjos Produtivos Locais (APL)

Os Arranjos Produtivos Locais (APL), conceito e ferramenta muito difundida no Brasil desde fins dos anos 1990, designam “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais — com um foco em um conjunto específico de atividades econômicas — que apresentam vínculos mesmo que incipientes” (CASSIOLATO; LASTRES, 2003: 5).

Segundo o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), os APL são definidos como “aglomerações de empresas com a mesma especialização produtiva e que se localizam em um mesmo espaço geográfico”. Para Santos; Diniz; Barbosa (2004), o diferencial de um APL está em sua localização, uma importante fonte de vantagens competitivas para as empresas aí instaladas e que não é simplesmente decorrente de vantagens genéricas, mas sim setor específicas.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo e a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) apontam que a característica central de um APL é sua estrutura de governança comum, que envolve a cooperação interempresarial com entidades públicas e privadas. Tais elementos também foram destacados por Cassiolato e Szapiro (2003:4) sob o nome de “sistema de coordenação que estabelece as relações de caráter local entre empresas e instituições”.

Cassiolato e Lastres (2004:2) destacam como aspecto relevante de arranjos produtivos sua predisposição à inovação, diferenciação e aprendizagem, enfatizando “o caráter específico e localizado dos processos de aprendizagem e inovação”, destacando a importância do conhecimento tácito, assim como as instituições, organizações, a política e todo o ambiente sociocultural onde se inserem os agentes econômicos. Verdi e Pires (2008) ressaltam, complementarmente, acerca da influência dos atores e instituições locais e regionais na constituição e evolução de arranjos produtivos.

O conceito apresenta grande pluralidade de influências teóricas, mas a maioria dos analistas costuma associá-lo ao esforço de se adaptar e instituir um modelo de desenvolvimento local/regional para a realidade brasileira a partir das experiências anteriores dos distritos industriais italianos (BECATTINI, 1994, 2002), dos *clusters* estadunidenses (PORTER, 1999) e do quadro conceitual composto pelos meios inovadores (CREVOISIER, 2003), sistemas locais de inovação (GARCEZ, 2000) e tecnopolos (BENKO, 1996).

Todos esses termos, de corte espacial regional e microeconômico, foram apresentados nos debates dos anos 1980 e 1990 como alternativas à crise do paradigma fordista da grande empresa verticalizada, pensando-se nas possibilidades de organização espacial da produção em uma tendência de

flexibilização das relações de produção e trabalho, desconcentração econômica e espacial e descentralização do Estado (HARVEY, 1989; LIPIETZ; LEBORGNE, 1988).

Da conjugação das definições existentes, retiramos elementos comuns que devem ser observados na aplicação do conceito em determinados casos de aglomerações territoriais de produção: a) **aglomeração/concentração geográfica de empresas** de um mesmo segmento da atividade econômica (atividades similares); b) **relação com serviços especializados**: na estruturação dos arranjos, identifica-se a constituição de parcerias para contratação e/ou uso de serviços determinados, como escolas técnicas, universidades, laboratórios, consultorias, finanças, apoio a pequenas empresas etc.; c) **existência de entidades públicas e privadas representativas** na aglomeração: presença de associações patronais, sindicatos de trabalhadores e repartições da administração pública local e estadual no arranjo e observância do tipo de ação para a produção regional (se estabelecem ou não parcerias com outras entidades mediante projetos); d) **vínculos e aspectos da governança**: compreensão do grau de interação e cooperação entre empresas e a estrutura de liderança e gestão do projeto político do APL, caracterizando as relações de poder e perfil das lideranças locais.

A discussão que fundamenta a abordagem é a de aglomeração de empresas. As aglomerações de empresas atendem a diversos conceitos criados historicamente e associados, em maior ou menor grau, às políticas públicas. Na definição de Storper e Harrison (1994), uma aglomeração territorial de empresas corresponde a

(...) um conjunto de unidades de produção reunidas em um território bem delimitado, como a cidade ou a região. Estes conglomerados territoriais encontram-se muitas vezes, mas não necessariamente, virados para um mesmo setor de atividades, e podem ser constituídos, quer por um conjunto de unidades funcionalmente independentes entre si, quer por unidades pertencentes a um único e mesmo sistema *input-output* (atividades que concorrem para a produção de um bem comercializável), e, por conseguinte, estreitamente interdependentes. Neste último caso, a divisão social do trabalho é localizada (STORPER; HARRISON, 1994: 143).

Porter (1999) desenvolveu, por sua vez, a ideia de aglomerado, ou *cluster*, ressaltando o papel da localização nas estratégias competitivas. Um aglomerado seria uma nova forma de pensar as políticas econômicas nacionais, estaduais e urbanas, atribuindo novos papéis às empresas, governos e instituições que se esforçam para aumentar a competitividade, buscando relacionar competição com a influência da localização das unidades de negócios na economia global. Portanto, um aglomerado é

(...) um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas em uma determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares. O escopo geográfico varia de uma única cidade ou Estado para todo um país ou mesmo uma rede de países vizinhos (STORPER; HARRISON, 1994:211-212).

Os aglomerados, segundo Porter (1999), assumem diversas formas, dependendo de sua profundidade e sofisticação, mas a maioria inclui: empresas de produtos ou serviços finais, fornecedores de insumos especializados, componentes, equipamentos e serviços, instituições financeiras e empresas em setores correlatos. Alguns aglomerados também podem incluir empresas em setores a jusante (distribuidoras), fabricantes de produtos complementares, fornecedores de infraestrutura especializada, instituições governamentais e outras (de treinamento especializado, educação, informação, pesquisa, suporte técnico e agências de normatização). Os órgãos governamentais com influência significativa sobre o aglomerado seriam uma de suas partes integrantes, além das associações comerciais e outras entidades associativas do setor privado.

Segundo Storper e Harrison (1994) existem dois tipos de aglomerações territoriais que refletem, em diferentes dosagens, as economias externas de escala e variedade e a divisão social do trabalho: a) redes de produção aglomeradas sem grandes unidades; e b) as redes de produção aglomeradas com grandes unidades. Nelas, “o papel desempenhado pela economia de uma região na rede de produção em que se encontra inserida determina sua capacidade de ação” (STORPER; WALKER, 1989, apud STORPER; HARRISON, 1994, p. 176).

Além do antecedente teórico e histórico dos *clusters*/aglomerados, identificados em localizações produtivas nos Estados Unidos e Itália, a abordagem brasileira dos APL reconhece como outras possíveis matrizes referenciais (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004):

- **Centros industriais (CI):** são grandes e diversificadas aglomerações industriais onde as grandes empresas costumam ter importante papel, não havendo fortes sinergias e relações entre elas. Exemplos: região do ABC paulista e regiões metropolitanas de Belo Horizonte e de Porto Alegre.
- **Polos de crescimento e de desenvolvimento (PD):** essa concepção subsidiou teoricamente no Brasil, em consórcio com a teoria estruturalista do desenvolvimento da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), as políticas de incentivo à rápida industrialização de centros menos desenvolvidos, por meio da atração de grandes empresas de segmentos industriais mecânico-metalúrgicos e de eletrônica, contando com a oferta de incentivos fiscais, infraestrutura de circulação, serviços, externalidades urbanas, mão de obra especializada e mercados consumidores. Segundo a concepção de François Perroux (1903-1987), um polo de desenvolvimento

tem uma forte identificação geográfica, porque é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, liderados pelas indústrias motrizes. Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto (*input-output*) e forma um polo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes. O polo de crescimento pode vir a tornar-se um polo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir a produção e o emprego no meio em que está inserido (MANZAGOL, 1985). Exemplos: Polo Petroquímico de Camaçari/BA; Polo Petroquímico de Paulínia/SP; Zona Franca de Manaus/AM.

- **Complexos industriais (CoI):** trata-se de um conjunto de atividades que ocorrem em uma dada localidade e pertencem a um grupo ou subsistema de atividades que estão sujeitas a importantes relações de produção, comercialização e tecnologias. Estão associados a políticas governamentais dos anos 1970, de estímulo à competitividade em determinadas cadeias industriais, como a petroquímica e automobilística. Em muitos casos, estiveram conjugados em abordagens complementares à teoria dos polos de desenvolvimento. Exemplo: Parque Automobilístico da Fiat em Betim/MG.
- **Distritos industriais (DI):** segundo Benko (1996) é uma entidade socio-territorial que se caracteriza pela presença ativa de uma comunidade humana e conjunto de empresas em um espaço geográfico e histórico, aproximando a comunidade e as empresas. Na concepção de Alfred Marshall e de teóricos italianos filiados à sua linha de pensamento (Becatini, Bagnasco, Garofoli, Sforzi), o DI se destaca pelas economias externas e de escala localizadas (divisão do trabalho, acesso a amenidades, serviços especializados, tecnologia e infraestrutura), que são reforçadas por transações e relações de parceria atreladas ao conhecimento e à confiança. Nesse contexto, se insere também uma “atmosfera industrial” de formação e acúmulo de competências no DI, fruto de um processo histórico-cultural de desenvolvimento industrial e de funcionamento do mercado local de trabalho.
- **Tecnopolos (TP):** consagrado pelo caso bem-sucedido da concentração de indústrias de alta tecnologia do Vale do Silício, um tecnopolo é definido como um centro marcado por atividades de alta tecnologia. Trata-se também de realizações utilizadas por cidades cujas estratégias de desenvolvimento econômico se apoiam na valorização de seu potencial universitário e de pesquisa, com expectativas de industrialização novas, realizadas por iniciativa de empresas de alta tecnologia criadas no local ou para lá atraídas. Em suma, é um agrupamento de organizações de pesquisas e de negócios que se ligam ao desenvolvimento científico, englobando um processo de conjunto, da etapa do laboratório à comercialização do produto.

Reúne, fisicamente, um conjunto de empresas médias e pequenas, com escritórios, laboratórios e unidades de fabricação, em um sistema relacional com universidades e institutos de pesquisa técnica, públicos e privados. Exemplos: Centro Aeronáutico de S. José dos Campos/SP; Centro Tecnológico Campinas — UNICAMP/SP.

Posto isso, o tema já foi objeto de diversos estudos que identificaram centenas de aglomerações produtivas espalhadas pelo Brasil, em diversos segmentos de atividade, tanto na indústria quanto nos segmentos agropecuários e de serviços. Esse diagnóstico existente balizou a institucionalização do tema na agenda do planejamento público governamental. No ano de 2004 foi criado um grupo de trabalho sobre APL no nível governamental, garantindo a inclusão do tema nos planos plurianuais do governo federal para os períodos de 2004 a 2007 e 2008 a 2011. Esse grupo é composto por instituições de pesquisa, universidades, ministérios, bancos públicos e privados e secretarias estaduais.

A partir de então iniciou-se um processo de descentralização das ferramentas de planejamento e financiamento de APL para os níveis estaduais, que iniciaram a execução de programas específicos de fomento e apoio através de parcerias, no plano nacional, com o Sebrae, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e federações industriais, e, no plano internacional, com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a Câmara de Comércio da Itália.

O Plano Plurianual do governo federal atual (2012-2015) expõe a relevância do tema dentre seus objetivos para a “política de desenvolvimento produtivo” e melhoria de “processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas à desconcentração da produção no país”.

Ao mesmo tempo que se somaram entusiastas com a política e os resultados econômicos, sociais e políticos da implantação de APL, cresceram também críticas sobre o modelo, sobretudo aquelas que destacam o apego excessivo ao localismo como alternativa ao modelo centralizado de desenvolvimento econômico, e também pelo caráter seletivo da escolha de regiões-alvo do programa, reforçando-se a (re)concentração industrial e fragmentação territorial de um tipo de política setorial com enfoque em “regiões ganhadoras” (BRANDÃO, et. al., 2006).

Na abordagem do modelo italiano de MPMEs (Micro, Pequenas e Médias Empresas) e seus sistemas territoriais, base da teoria dos APL, Caccia (2002) explora as transformações recentes que colocaram em tese a dita coesão social dos mercados e a uniformidade do modelo. Assim, pode-se observar, dentre as experiências recentes do nordeste italiano e diante da globalização dos mercados, movimentos de descentralização e desconcentração industrial, reaparecimento de formas de organização do trabalho pré-fordistas.

Os Sistemas Agroalimentares Localizados (Sial)

Os Sistemas Agroalimentares Localizados (Sial), por seu turno, são definidos como concentrações locais de pequenas empresas de transformação agroalimentar, orientadas frequentemente, para a fabricação de produtos cuja qualidade é ligada originalmente ao território. São baseados nos ativos específicos e recursos comuns à disposição dos atores desses sistemas, de diversas ordens, realizando uma produção coletiva de bens privados e públicos, com a possibilidade de se identificar tais sistemas, ao mesmo tempo, em diversos países (AMBROSINI et. al., 2008).

Nos estudos sobre Sial é possível identificar duas principais raízes conceituais: a dos **distritos industriais** e também a dos **sistemas e arranjos produtivos locais**. No entanto, para evoluir ao conceito mais específico, foi necessário combinar essas concepções prévias com o entendimento acerca do funcionamento e dinâmica econômica, social e espacial da AIR (agroindústria rural ou indústria de processamento de alimentos rural), sendo especificamente entendida como o conjunto de atividades que permite, em áreas rurais, o aumento e a conservação do valor adicionado das atividades econômicas camponesas, através da realização de operações de pós-colheita dos produtos agrícolas, florestais e da pecuária, destacando as atividades de limpeza, triagem, armazenamento, preservação, embalagem, estoque e comercialização (MACHADO-CARTAGENA, 1997).

Além disso, esses sistemas estariam em redes estabelecidas horizontalmente (no plano territorial, envolvendo atividades agrícolas e não agrícolas, instituições e saberes locais) e verticalmente (em uma cadeia alimentar, com a comercialização condicionada ao mercado e ao consumo). E esses fluxos não são independentes, pois estão atrelados a valores de qualidade e especificidade diretamente relacionados às características culturais e ambientais dos territórios (REQUIER-DESJARDINS, 2002, apud, MALAFAIA, et. al., 2009).

Os principais elementos constitutivos dos Sial seriam identificados com: a) a criação de economias externas ligadas à densidade das empresas situadas num local e a proximidade entre os atores geradores de vantagens competitivas para cadeias agroalimentares localmente territorializadas (REQUIER-DESJARDINS, et. al., 2003); b) a valorização de conhecimentos não-transferíveis, como as competências, a relação de trabalho, os *saber-fazer* dos indivíduos e das empresas fundados em uma história comum, produzindo conhecimentos, práticas, normas e representações coletivas; c) os modos de regulação que combinam, de maneira mais ou menos imbricada, o mecanismo do mercado e os elementos de reciprocidade e de redistribuição que se enraízam na identidade social (MUCHNIK, 2002, apud, PECQUEUR, 2005).

No entanto, é possível ressaltar algumas das fragilidades do conceito enquanto conjunto territorial dinâmico explicativo da organização dos meios agrícolas e rurais em países do Sul (subdesenvolvidos ou em

subdesenvolvimento): a) barreiras de entrada no sentido de acesso a mercados e suscetibilidade à invasão de produtos externos; b) fraqueza do mercado potencial por produtos diferenciados e com preços mais altos; c) fraca capacidade de aprendizagem institucional, considerando os conflitos existentes entre ciclos econômicos e o quadro cultural e social tradicional da comunidade (PECQUEUR, 2005).

No Brasil, o conceito estimulou uma série de estudos a partir dos anos 2000, tentando encontrar semelhanças entre os fatores componentes típicos dos Sial com a realidade brasileira da produção agrícola em pequena e média escala. Foram os casos dos estudos sobre pecuária de carne bovina do pampa gaúcho, de Malafaia e Barcelos (2007); sobre a cultura de maçã (pomicultura) em Campos de Cima da Serra/RS, de Malafaia, Camargo, Azevedo e Sanhueza (2009), a produção de morangos no Vale do Caí/RS, por Specht e Ruckert (2008) e a cadeia de maricultura (coleta e comercialização de ostras e mexilhões) do litoral de Santa Catarina, de Lins (2006).

Em diversos estudos sobre Sial brasileiros é comum observar a referência a estruturas de coordenação e formatos de relacionamento entre atores e instituições nos territórios locais e regionais. Nesse sentido, estes estudos adotaram três possíveis linhas de análise sobre o papel da governança em Sial: a primeira, que observa o papel das instituições e atores locais e suas iniciativas de coordenação para o desenvolvimento de projetos específicos localizados; a segunda, que investiga o papel do Estado, em diferentes níveis governamentais, e linhas de estímulo aos agronegócios (financiamento, capacitação, incitação); e a terceira, que situa os Sial como um arquétipo de governança identificado por suas próprias características constitutivas.

Sobre o primeiro eixo, Pecqueur (2005, 2009) aponta duas características definidoras das governanças territoriais do Sial: a constituição de modos de regulação próprios, que envolvem os mecanismos de mercados e os mecanismos de organização coletiva e de estabilização e reprodução social, assim como as estratégias públicas para oferta de bens e serviços públicos variáveis conforme os territórios considerados. Lins (2006) e Malafaia e Barcelos (2007) destacam a importância da construção de um espaço marcado por ações coletivas e regulado institucionalmente que seria chamado de Sial, espaço que não seja apenas definido pelas relações de mercado inerentes à cadeia produtiva, mas também que permita a qualificação de um território conforme a projeção de formas de regulação políticas verticais e horizontais.

Nesse escopo, estudos mostraram iniciativas de construção de formatos de governança locais para reproduzir as agroindustriais alimentares localizadas. Malafaia e Barcelos (2007), em estudo sobre a cadeia agroindustrial da carne do pampa da região da Campanha do Rio Grande do Sul/Brasil, mostraram que os recursos específicos da região só foram ativados quando se

desenvolveu um projeto de melhoria da competitividade do segmento envolvendo o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), o Senar (Serviço Brasileiro de Aprendizagem Rural), a Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul), a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), junto de produtores e lideranças rurais ligados à Apropampa (Associação dos Produtores de Carne do Pampa Gaúcho), a fim de buscarem a obtenção do selo de “Indicação de Procedência da Carne do Pampa Gaúcho”. Nesse quadro, a própria Apropampa aparece como elemento da governança territorial ao se colocar como “conselho regulador” do processo de certificação diante de seus associados envolvidos.

Em relação ao segundo eixo delimitado, Pecqueur (2005) aponta que a replicabilidade das estratégias voltadas aos Sial em países e economias periféricas deve envolver uma ação pública de intervenção, via projetos, na escala territorial intermediária, que entendemos ser a regional/local. Assim, o autor afirma que a presença de um Estado ativo é uma necessidade nos processos de descentralização de ações e projetos de desenvolvimento, sendo um paradoxo ocorrer a descentralização dessas ações de fomento em Estado enfraquecidos, como ocorreu na África de Sahel e Subsaariana e em países da América do Sul.

Precisa portanto designar, paralelamente ao desenvolvimento das instâncias locais, uma missão do Estado que permita assegurar pelo menos três funções: a redistribuição, a mediação e a coordenação. A redistribuição se justifica, entre outros, porque todos os territórios não estão igualmente dotados; a mediação aplicar-se-á ao mesmo tempo às instâncias internacionais, às coletividades locais e aos atores locais; finalmente, a coordenação deve ser vertical — proveniente das coletividades territoriais — e horizontal, entre projetos e entre atores do território (PECQUEUR, 2005: 19).

Nesse âmbito de intervenção estatal, o processo de construção da certificação de origem da maçã produzida na região dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul/Brasil (MALAFAIA, et al., 2009), envolveu no “Programa de Produção Integrada de Frutas” a participação essencial de duas entidades públicas associadas ao nível federal e estadual de investimento em serviços de pesquisa e formação/qualificação de recursos humanos: a Embrapa, a Emater/RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e a UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul).

Lins (2006) destaca a participação decisiva da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) com o LCMM (Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos) e do Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) na integração institucional e definição de uma territorialidade para a cadeia da maricultura (criação de mariscos) na região de Florianópolis (SC).

No caso do último eixo considerado para tratar da construção da governança, a literatura especializada (AMBROSINI, et al., 2008) destaca que a constituição de um território pela produção agroalimentar envolve mais do que a designação de um produto para comercialização. Envolve também a construção de formas de organização social e econômica desenvolvidas por indivíduos que compartilham um determinado contexto histórico comum e, assim, definem ações conjuntas que são operacionalizadas na dimensão institucional e que necessitam da ação do Estado para criação de um patrimônio coletivo.

Assim, a busca pela diferenciação da produção e pela mobilização dos recursos territoriais para torná-los ativos importantes, não-comercializáveis, passa pela definição de formas de coordenação políticas e institucionais para os projetos de desenvolvimento. Essa mobilização pode ser vista tanto como um ativo específico em funcionamento em conjunto com a concentração de empresas agroalimentares, como também enquanto recurso potencial que precisa ser permanentemente aperfeiçoado através de parcerias, reuniões, negociações, conflitos e cooperações.

Na região do Vale do Caí, a nordeste do estado do Rio Grande do Sul, ocorre a produção de morangos por agricultores familiares. Buscando a diferenciação do produto local, desenvolveu-se em 2007, no município de Bom Princípio, o programa “Bom Morango, Qualidade por Princípio”, a fim de se conseguir um selo de qualidade para a produção frutícola local. Esse programa surgiu da constituição de uma estrutura de governança territorial envolvendo a Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretaria Municipal de Agricultura e os próprios agricultores, fomentando a criação da Associação de Produtores de Morango de Bom Princípio (SPECHT; RUCKERT, 2008).

Desse modo, a Associação e o próprio programa — como modalidades de governança internas ao segmento de atividade, mas com fortes implicações territoriais para a comunidade local — atuam como ativos específicos que não podem ser transferidos para outros territórios e cujo funcionamento está diretamente atrelado à resolução de determinados problemas de ordem econômica e social que aparecem como demandas dos pequenos produtores rurais. Esse nível de ancoragem ou enraizamento territorial (PECQUEUR, 2009) se consolida para a produção de morangos citada quando se reconhece a importância da ação do poder público para a manutenção desse tipo de cultivo na região, em trabalhos conjuntos de secretarias, sindicatos, Embrapa e Emater.

O termo/ conceito Sial ainda não foi instrumentalizado no país como ferramenta de apoio e financiamento de projetos de desenvolvimento econômico local. Nesse sentido, Pecqueur (2005) destaca os desafios da replicabilidade do modelo em economias do Sul, atreladas a práticas de produção e trabalho informais e com problemas diversos de subdesenvolvimento (ou precariedade) institucional, financeira e tecnológica.

Nexos e controvérsias entre APL e Sial

Há um grande número de aglomerações e APL similares aos Sial no que diz respeito à especialização produtiva, espalhados por diversas regiões e estados do país, como as atividades de produção de mandioca, beneficiamento e processamento de cereais e farinha, leite e laticínios, uva e vinho, fruticultura, floricultura, aquicultura (camarão, peixes e frutos do mar), horticultura, ovinocaprinocultura, fumageiro, entre outros, assim identificados e passíveis de apoio pelas instituições que adotam essa metodologia de trabalho (FUINI, 2010).

Portanto, um dos elementos que aproximam as abordagens, além de seu núcleo teórico semelhante, é a ênfase na definição de aglomerações territoriais de produção com determinado produto ou mercadoria. Este produto é o elemento unificador dos programas e iniciativas locais de regulação e de criação de uma imagem (construção cognitiva) que é transmitida internamente para os produtores, empregados, fornecedores, entidades de apoio; e externamente, para os consumidores, subcontratantes e órgãos e entidades de níveis governamentais mais amplos. No entanto, essa associação rígida do lugar com um produto reforça a ideia de um espaço econômico que exclui outros segmentos sociais e suas demandas de projetos e programas públicos de desenvolvimento, não reconhecendo aquilo que Santos (2009) chama de espaço banal, ou espaço de todos.

Em semelhança, aparecem também, tanto nos Sial como nos APL, formas reconhecidas de especialização produtiva dos territórios que são assim conformadas em virtude da divisão territorial do trabalho que diferencia as regiões conforme sua capacidade de oferecer recursos naturais, de capital e de mão de obra às cadeias globais de valor, caracterizando a produtividade espacial dos lugares. Essa produtividade decorre das diferentes densidades técnicas, normativas e organizacionais dos lugares, conformando zonas mais densas e zonas mais rarefeitas conforme a existência ou não de investimentos públicos e privados nesses lugares (SANTOS; SILVEIRA, 2010).

Um das primeiras diferenciações quanto aos conceitos é sobre as definições que colocam lado a lado a perspectiva de entendimento da diferença entre um arranjo e um sistema. O arranjo seria um projeto de integração que envolve partes que se aproximam ocasionalmente por necessidades específicas. Já o sistema envolve partes interdependentes em ligações orgânicas de fluxos diversos, abertas ou não a influências externas, mas cujos elementos componentes não podem ser explicados isoladamente. Para os APL, a territorialização das cadeias produtivas pode ser parcial (por elos, segmentos e produtos) e o tipo de vínculo entre empresas e instituições locais podem variar em intensidade e conteúdo, no tempo e no espaço. Já a ideia de Sial cria a expectativa de fortes vínculos entre pequenos produtores e instâncias locais de apoio e fomento, com interdependências significativas na cadeia produtiva.

Além disso, podemos afirmar a partir dos referenciais teóricos disponíveis e de estudos de caso, que a perspectiva dos APL é de conceituação e aplicação mais ampla que a dos Sial, podendo ser evidenciada em diversos segmentos de indústrias e agroindústrias, sem exclusão, desde que contemplem aglomerações de pequenas empresas em rede. Além disso, a discussão sobre APL já caminhou para o nível prático das políticas de desenvolvimento, com construção de metodologias e de linhas de financiamento e apoio técnico ao conceito na forma de programa.

Já a definição de Sial especifica determinados produtos que envolvem a produção agrícola de bens alimentícios, com forte vinculação às áreas rurais e métodos e técnicas específicas de trabalho e produção agrícolas. Além disso, os próprios exemplos observados de APL mostram sua associação mais forte com atividades fabris, sobretudo aquelas afins às indústrias de base semiartesanal, típicas da tradição dos distritos industriais, como as calçadistas, madeireiras, cerâmicas, têxteis e de confecções.

No âmbito da governança, aparecem diferenças sensíveis no cenário brasileiro para APL e Sial. Os serviços públicos estaduais e federais de assistência, treinamento, apoio e planejamento às atividades rurais e agrícolas são diferentes, em termos de metodologias empregadas e iniciativas adotadas, dos serviços e entidades que atuam junto à indústria.

No escopo das entidades de representação trabalhista e empresarial, também nota-se diferenças. Geralmente a representação trabalhista no campo é mais genérica (Ex.: Sindicato de Trabalhadores Rurais) que a industrial, que já se constrói por segmentos de atividade e especializações produtivas territoriais. Quanto aos representantes dos produtores, em contexto de atividades agrícolas é mais comum a constituição de cooperativas de plantadores e produtores, abrindo-se possibilidades à construção de relações horizontais de solidariedade entre produtores no lugar (SANTOS, 1996), em contraponto à tendência mais concorrencial dos empreendedores industriais urbanos, que vêm os espaços como ponto de ancoragem para a mobilização da produtividade dos recursos nele encontrados.

Verifica-se também a diferenciação quanto ao acesso a determinados serviços e economias externas decorrentes da localização de muitos dos APL e Sial. É mais comum para o caso dos Sial, seus produtores terem que enfrentar problemas de fluidez territorial e de acesso às redes de informação e serviços de apoio por sua proximidade com áreas rurais e pequenos municípios, mais carentes de investimentos públicos e economias de escala para vários segmentos. Muitos dos APL, em contrapartida, cresceram e ganharam destaque, entre outras razões por estarem localizados em importantes eixos de grande circulação e por contarem com facilidades típicas das economias de urbanização.

Outro aspecto relevante na comparação é na observação sobre a importância dada aos fatores e recursos naturais em Sial que não aparecem com tanta intensidade em APL. Um dos grandes segredos de produção agroalimentar é a capacidade de se aproveitar de forma eficiente e genuína dos elementos da terra e os recursos florestais e hídricos para se produzir bens que se posicionem no mercado por serem considerados de qualidade. Já na discussão sobre APL têm-se como tópicos de maior relevância a discussão sobre o papel da inovação tecnológica e social e da aprendizagem como fatores de diferenciação nas formas de se produzir e de se criar redes de cooperação entre empresas e instituições públicas e privadas.

O termo inovação tem sido também colocado como um dos fatores fundamentais do sucesso de alguns APL. Segundo Cassiolato; Lastres (2003), a inovação e o conhecimento colocam-se de forma crescente como elementos centrais da dinâmica e crescimento das nações, regiões e setores, no contexto das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação). A inovação, do ponto de vista tecnológico, refere-se às mudanças nos processos produtivos e produtos através da inserção de novos equipamentos, novas formas de gestão e organização da Quase Integral Vertical (QIV) nas propriedades e estilo dos produtos. A inovação, do ponto de vista social, decorre das novas práticas implementadas no sistema produtivo atreladas às inovações produtivas, estabelecendo mudanças na organização interna e externa das fábricas, nas formas de gestão e governança setor-território dos aglomerados, nas estratégias de seleção e recrutamento da mão de obra, no regime social atrelado ao salariado, na divisão social do trabalho. Nesse sentido, o aprendizado se revela fundamental nesse novo paradigma computacional, pois se baseia na acumulação de competências na rede interempresarial.

A relação entre espaço e inovação permitiu que surgissem dois conceitos que relacionam as aglomerações produtivas ao aprendizado tecnológico, e são comuns como eixos de influência nas abordagens de Sial-APL: (a) os meios inovadores (BENKO, 1996), que são conjuntos territorializados dotados de redes inovadoras que se desenvolvem pela aprendizagem e externalidades específicas da inovação; (b) sistemas produtivos e inovativos locais (CASSIOLATO; LASTRES, 2003), que são os arranjos produtivos em que as interações e vínculos resultam em cooperação e aprendizagem, com capacidade de incrementar a capacidade inovativa endógena e a competitividade local.

O uso do conceito de Sial explora mais especificamente os elementos culturais e históricos, não-mercantis, que estimulam a territorialização das atividades econômicas. São os chamados recursos e ativos específicos (BENKO; PECQUEUR, 2001).

(...) a noção de Sial (Sistema Agroalimentar Localizado) amplia a de *cluster*, pois não se limita a uma modalidade de organização concentrada geograficamente com uma multiplicidade de atores de tamanho reduzido. O Sial aproxima-se, no campo do agroalimentar, dos DI (distritos industriais) na sua dimensão cultural (PECQUEUR, 2005:17).

Pecqueur (2009) complementa que os pilares centrais que dão especificidade aos Sial referem-se à sua característica de atuarem como territórios que produzem uma variedade de bens e serviços cuja oferta depende fundamentalmente das particularidades de determinados lugares. Assim, esses três pilares seriam: a) os atributos naturais e estruturais que contribuem para qualificar o território e criar uma imagem aos consumidores; b) os bens e serviços mistos resultam da associação entre bens e serviços públicos e privados que contribuem para a diferenciação territorial; c) a cesta de bens e serviços territorializados aparece como resposta às demandas globais de consumo.

Em outra contribuição Pecqueur (2005) destaca, na abordagem dos Sial para países periféricos do Sul, sua importância no sentido de se colocar diante da informalidade de pequenas empresas em atividades agroalimentares, tanto nos aspectos de oportunidade de configuração de modos de regulação comunitários e utilização de conhecimentos não-transferíveis, como nos aspectos limitadores que envolvem a baixa capacidade de acumulação de capital físico e humano em empresas informais.

Na abordagem sobre APL são ressaltados os elementos mais especificamente econômicos ligados às vantagens competitivas locais pautadas em economias externas de diversos tipos, como a proximidade com as redes de transporte e circulação, serviços financeiros, centros educacionais, entre outros (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004). Muitas das vantagens que micro e pequenas empresas podem acessar estão vinculadas às oportunidades criadas em relações institucionais definidoras de sistemas produtivos locais, ou seja, sistemas de organização e planejamento que dirigem as formas de abordagem quanto ao acesso às informações, mobilidade social, oferta de mão de obra e cooperação empresarial. As vantagens citadas como externalidades podem ser criadas, mobilizadas e mantidas em contextos territoriais locais de arranjos sistemas produtivos de micro, pequenas e médias empresas (COSTA, 2001; PIRES; FUINI et al, 2011).

Santos; Diniz; Barbosa (2004) exploram as vantagens competitivas locais estáticas (terras agrícolas, logística de transportes, reservas minerais acessíveis, mão de obra barata, incentivos fiscais) e retroalimentáveis (externalidades setoriais e multissetoriais e economias de escala e escopo). As externalidades setoriais/multissetoriais estão associadas aos ganhos de logística e acesso a serviços especializados.

As principais capacidades competitivas locais dos APL mais desenvolvidos são relacionadas basicamente com um ambiente local mais propício para a difusão de conhecimento, a facilidade de acesso a ativos e serviços complementares, ou especialmente propício à cooperação multilateral entre as firmas, instituições e poder público (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004:33).

Duas outras particularidades da discussão sobre Sial em relação à APL para o Brasil se colocam em torno de dois aspectos centrais: a construção de projetos de busca por certificação e indicação de origem e procedência de produtos, e a concentração dos casos identificados e estudados nos estados da região Sul do país.

O primeiro elemento diz respeito à busca por certificados e selos de identificação da produção quanto à origem e qualidade. Nesse aspecto, Pecqueur (2009) destaca que esse tipo de diferencial produtivo é mais duradouro, pois envolve iniciativas de inovação social e especificação de recursos, trazendo mudanças não somente nos processos produtivos, mas também em comportamentos, valores, formas de cooperação etc.

O segundo elemento apontado decorre da formação socioespacial singular da região Sul do país que favoreceu o desenvolvimento da agricultura familiar através da colonização europeia, definindo também o tipo de produto instalado nas regiões (uva, morango, maçã), além do próprio contexto cultural e histórico de iniciativas para o cooperativismo e associativismo na construção de projetos de desenvolvimento. Trata-se, também, de um recorte geográfico do Brasil que já de longa data contempla iniciativas e demandas favoráveis ao regionalismo e à descentralização político-administrativa, com iniciativas de participação política que perpassaram os anos 1990 e 2000 (orçamento participativo; conselhos regionais de desenvolvimento).

Nesse sentido, a ideia de Sial não é totalmente inovadora, do ponto de vista teórico, pois boa parte de seus elementos explicativos já tinham sido reconhecidos em outros conceitos anteriores. O conceito traz um aprimoramento de outras concepções referentes às aglomerações produtivas territorializadas, sobretudo naquilo que tange à sua segmentação em termos de cadeia produtiva e produto (agricultura) e o viés fortemente cultural e institucional que fundamenta sua definição.

No entanto expõem, como outros conceitos e modelos do tipo APL, todas as fragilidades de estratégias de desenvolvimento pautadas fortemente na escala local, sobretudo quanto às limitações financeiras, tecnológicas, de infraestrutura, de acesso a mercado e institucionais que pequenas empresas agrícolas enfrentam em concorrência com os mercados nacionais e globais de alimentos.

Considerações finais

Esse artigo explorou dois conceitos de forte vinculação acadêmica e política na última década e que expõem o debate recente sobre a emergência de especializações regionais de produção, desigualmente desenvolvidas em termos tecnológicos, sociais e institucionais, no contexto da globalização das finanças, da produção e dos mercados.

De modo que a discussão sobre Arranjos Produtivos Locais e Sistemas Agroalimentares Localizados aparece em um cenário de criação intelectual que remete ao quadro de instalação socioespacial de diversos projetos e iniciativas de desenvolvimento regional e local que, posteriormente teorizadas, apareceram com força nos estudos sobre as economias dos territórios nos anos 1990 e 2000. Inicialmente alocados no cenário europeu e estadunidense, os estudos sobre distritos industriais italianos, *clusters*, sistemas de produção localizados, tecnopolos e outros meios inovadores tornaram-se modelos endossados por órgãos de apoio e planejamento, sendo replicados em países periféricos.

Assim, chegaram ao Brasil, em fins dos anos 1990 e início dos 2000, muitas dessas teorias que, submetidas a adaptações e aproximações com as condições territoriais do país, deram origem a novas concepções. A discussão sobre APL passou por um período de intensos estudos de caso aplicados na década passada e que suscitaram questionamentos sobre a validade das teorias exógenas e as especificidades de constructos teóricos sobre aglomerações produtivas territorializadas para situações regionais de precariedade em suas bases econômicas e socioinstitucionais. Além disso, o campo das políticas de fomento e desenvolvimento também fez a ferramenta ser testada no campo prático e, tais iniciativas apresentaram as potencialidades e fragilidades de metodologias de APL quando utilizadas como políticas para apoio aos pequenos negócios.

A abordagem sobre Sial, de origem francesa, também tem sido evidenciada em especificidades territoriais do segmento agroalimentar brasileiro, através de variados estudos. No campo conceitual segue-se, ainda, as principais recomendações dos estudos sobre o tema na França, adaptando-se alguns dos postulados aos casos analisados, atitude que expõe as possibilidades analíticas e as limitações da replicação do modelo. No entanto, a concepção de Sial ainda não passou pelo crivo de políticas públicas de desenvolvimento regional/local no país, não sendo possível retroalimentar a teoria com exemplos de estudos de casos bem ou malsucedidos. A discussão ainda caminha no campo das possibilidades e de alguns usos referenciais por instituições e órgãos de fomento e pesquisa.

Posto isso, as aproximações entre APL e Sial revelam diferenças e semelhanças identificadas em três campos principais:

- a. **Da teoria:** observando as influências conceituais (distritos industriais, *clusters*, sistemas produtivos locais, agroindústrias rurais) e os elementos explicativos que sugerem que a discussão sobre APL aparece no Brasil previamente à de Sial e se coloca como instrumento mais amplo de entendimento e de política e planejamento sobre a organização espacial das indústrias e atividades agrícolas;
- b. **Da política:** considerando a perspectiva aplicada de se buscar, mediante as variáveis-chave do conceito, a construção de modelos e metodologias para aplicação em contextos territoriais variados, a abordagem sobre APL se coloca em vários estados brasileiros da federação, com recursos aplicados em projetos para o desenvolvimento de pequenas empresas e mercados de trabalho localizados. O Sial é reconhecido como ferramenta passível de ser utilizada em abordagens mais precisas para atividades agroindustriais em ambientes rurais e periurbanos, mas ainda não utilizadas em ampla escala em documentos e iniciativas oficiais;
- c. **Dos processos territoriais:** nesse campo empírico, estudos revelaram a possibilidade de se compreender a realidade socioeconômica e espacial de aglomerações produtivas, tanto no formato de APL, quanto no de Sial. Esses processos apresentaram importantes diferenciações quanto às condições regionais de desenvolvimento e inserção na divisão territorial do trabalho que devem ser consideradas em possíveis comparações e generalizações com uso de modelos explicativos.

Dessa forma, concluímos que a discussão sobre APL e Sial, em perspectiva comparativa, revela diferentes formatos de especialização e desenvolvimento regional que se manifestam na economia global, mas cujos resultados em termos de benefícios à produção, ao mercado de trabalho e às comunidades locais depende das iniciativas do Estado, como instância escalar e de regulamentação, no sentido de capacitar os pequenos negócios locais e planejar o quadro de ações, incentivos e redistribuições no sentido de não agravar o histórico quadro de profundas disparidades regionais do Brasil.

§

Referências bibliográficas

- AMBROSINI, L. B.; FILIPPI, E. E.; MIGUEL, L. A. *Sial: Análise da produção agroalimentar a partir de um aporte territorialista e multidisciplinar*. IDEAS, Rio de Janeiro/RJ, UFRRJ, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, v. 2, n.1, pp. 6-31, jan./jul. de 2008.
- BECATTINI, G. O Distrito Marshalliano: Uma noção socioeconômica. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (org.), *As Regiões Ganadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1994, pp. 45-58.
- BECATTINI, G. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P., *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: O caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A/Sebrae, 2002, 2ª. Edição.
- BENKO, G. A recomposição dos espaços. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações*, Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 1, n. 2, pp. 7-12, março de 2001.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. *Os recursos de territórios e os territórios de recursos*. Geosul, Florianópolis, UFSC/Programa de Pós-graduação em Geografia, v. 16, n. 32, pp. 31-50, jul./dez. 2001.
- BRANDÃO, C. A.; COSTA, E. J. M. da; ALVES, M. A. da S. Construir o espaço supralocal de articulação sócio-produtiva e das estratégias de desenvolvimento: Os novos arranjos institucionais. In: DINIZ, Clélio.C.; CROCCO, Marco A.. (org.), *Economia Regional e Urbana: Contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- CACCIA, G. Modelos empresariais e figuras do trabalho no nordeste da Itália. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P., *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: O caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A/Sebrae, 2002, pp. 239-252, 2ª. Edição.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L., *Pequena empresa: Cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; MACIEL, Maria L., *Pequena empresa: Cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- CICCOLELLA, P. J. Reestruturação do capitalismo global, competitividade e nuevas tendencias de desarrollo territorial. *Cuadernos de clase Desarrollo regional y planificación del territorio*, Universidade de Manizales/Colômbia, v. 2, n. 2, pp. 120-139, 2010.
- COSTA, M. L. As Pequenas e Médias Empresas no Desenvolvimento Local: Conceitos e Experiências. In: GUIMARÃES, N. A. e MARTIN, S. (org.), *Competitividade e Desenvolvimento: Atores e Instituições Locais*. São Paulo: Ed. SENAC/SP, 2001, p. 109-126.
- CREVOISIER, O. A abordagem dos meios inovadores: Avanços e perspectivas. *Interações-Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande/MS, UCDB/Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento regional, v.4, n.7, pp. 15-26, set. 2006.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. SP: Loyola, 1989.
- FUINI, L. L. *Manifestações da Governança Territorial no Brasil: uma análise do Circuito das Águas Paulista e do Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- UNESP, Campus de Rio Claro, 2010, 198 f.
- GARCEZ, C. M. D. Sistemas locais de inovação na economia do aprendizado: Uma abordagem conceitual. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 7, n.14, pp. 351-386, dez. 2000.
- LINS, H. N. Sistemas agroalimentares localizados: Possível “chave-de-leitura” sobre a maricultura de Santa Catarina. *Revista de Sociologia e Economia Rural*, Brasília/DF, Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia rural, v. 44, n. 2 pp. 310-313, abr./jun. 2006.
- LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. Espaço e Debates, *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, v. 3, n. 25, 1988.
- MACHADO CARTAGENA, A. *Agroindustria y Desarrollo Rural*. Ecoe Ediciones: Bogotá, 1997.
- MALAFAIA, G. C.; CAMARGO, M. E.; AZEVEDO, D. B.; SANHUEZA, Rosa M. B. *Desafios para a articulação de um sistema agroalimentar local no agronegócio brasileiro da maçã: O caso da região dos Campos de Cima da Serra*. RACE, Joaçaba/SC, Unoesc/Mestrado em Administração, v. 8, n. 1, pp. 113-134, jan./jun. 2009.
- MALAFAIA, G. C.; BARCELOS, J. O. J. Sistemas Agroalimentares Locais e a visão baseada em recursos: Construindo vantagens competitivas para a carne bovina gaúcha. *Revista de Economia e Agronegócio*, Viçosa/MG, UFV/Departamento de Economia rural, v.5, n.1, 2007.
- PECQUEUR, B. *A guinada territorial da economia global*. Política e Sociedade, Florianópolis, UFSC/Programa de Pós-graduação em Sociologia política, n. 14, pp. 79-105, abril de 2009.
- PECQUEUR, B. *O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem para os processos de desenvolvimento para as economias do Sul*. Raízes, Campina Grande/PB, UFPB, Programa de Pós-graduação em Ciências sociais, v. 24, n. 1/2, pp. 10-22, jan./dez. de 2005.
- PIRES, E. L. S.; FUINI, L. L.; MANCINI, R. F.; PICCOLI NETO, D. *Governança territorial: Conceito, fatos e modalidades*. Rio Claro: Unesp-IGCE-Programa de pós-graduação em Geografia, 2011.
- PORTER, M. *Competição: Estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 1999.
- REQUIER-DESJARDINS, D.; BOUCHER, F.; CERDAN, C. Globalization, competitive advantages and the evolution of production systems: rural food processing and localised agri-food systems in Latin- American countries. *Entrepreneurship e Regional Development Review*, v. 15, n. 1, Taylor & Francis, London, UK, 2003.
- SANTOS, G. A. G.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v.11, n. 22, pp. 151-179, 2004.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. 13ª. edição, Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2010.
- SPECHT; S.; RUCKERT, A. A. *Sistema agroalimentar local: Uma abordagem para a análise da produção de morangos no Vale do Cai/RS*. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural, Anais do evento, Rio Branco/AC, julho de 2008. Disponível em: < <http://www.ufrrs.br/pgdr/arquivos/656.pdf>>. Acesso em março de 2013.
- STORPER, M.; HARRISON, B. Flexibilidade, Hierarquia e Desenvolvimento Regional: As mudanças de estrutura dos Sistemas Produtivos Industriais e seus novos modos de Governança nos anos 90. In: BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain (org.), *As Regiões Ganadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Oeiras: Celta Editora, 1994, pp. 171-188.
- STORPER, M. Territorialização numa Economia Global: potencialidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M.; NABUCO, M. R. (org.). *Integração, Região e Regionalismo*. São Paulo, Bertrand Brasil, 1993.
- VERDI, A. R.; PIRES, E. L. S. *As dinâmicas territoriais locais na globalização: Aspectos conceituais e metodológicos*. Geosul, Florianópolis, UFSC/Programa de Pós-graduação em Geografia, v. 23, n. 46, pp. 33-53, jul./dez. 2008.

Recebido em 29/05/13
e aceito em 15/10/13